

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Allan Patrick Medeiros Lucas
José Adalberto López Hernández
Luiz Silveira Rangel
Reginaldo Pereira Muniz
Rosália Cristina de Oliveira

ECONOMIA SOLIDÁRIA “TRAVADA”

Secretário Nacional de Economia Solidária - SENAES

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Comissão Avaliadora como
exigência parcial para obtenção do
certificado de conclusão do curso de
Especialização em Gestão Estratégica em
Políticas Públicas, pela Universidade
Estadual de Campinas.

Monitora: Fabiola Paulino da Silva

Belo Horizonte
2015

SUMÁRIO

PARTE 1 – APRESENTAÇÃO

1.1. Participantes da Equipe.....	1/1
1.2. O Problema.....	1/1
1.3. Ator que declara o problema.....	1/1
1.4. Justificativa.....	1/1
1.5. Fluxograma Explicativo com aplicação da Metodologia de Diagnóstico de Situações – MDS.....	4/1

PARTE 2 – FUNDAMENTAÇÃO DOS NÓS EXPLICATIVOS

2.1. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos.....	1/2
2.2. Nós Estratégicos.....	2/2
2.3. Nós Explicativos.....	3/2

PARTE 3 – PLANEJAMENTO DE SITUAÇÕES

3.1. Árvore do problema.....	1/3
3.2. PAINEL 1 - Árvore de problemas.....	2/3

PARTE 4 – PAINÉIS DE DETALHAMENTO DAS AÇÕES PROPOSTAS PARA EQUACIONAR OS NÓS ESTRATÉGICOS

4.1. Ações a serem implementadas.....	1/4
---------------------------------------	-----

PARTE 5 – ANÁLISE DE ATORES

5.1. Atores envolvidos.....	1/5
-----------------------------	-----

PARTE 6 – ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

6.1. Painel - Análise de Riscos e Fragilidades.....	1/6
---	-----

PARTE 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

PARTE 8 – REFERÊNCIAS.....	1/8
-----------------------------------	------------

PARTE 1 – APRESENTAÇÃO

1.1. EQUIPE

Allan Patrick Medeiros Lucas

José Adalberto López Hernández

Luiz Silveira Rangel

Reginaldo Pereira Muniz

Rosália Cristina de Oliveira

1.2. O PROBLEMA

Economia Solidária “Travada”

1.3. ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA

Secretario Nacional de Economia Solidária- SENAES

1.4. JUSTIFICATIVA

A Economia Solidária foi o tema escolhido pela Equipe 1 da Turma 5 para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de Especialização em Gestão Estratégica de Políticas Públicas, promovido pela Fundação Perseu Abramo.

Conceito frequentemente associado à imagem de comércio justo e consumo solidário^[1], a Economia Solidária reúne atividades econômicas cujas características se relacionam tanto à administração de seus meios na forma de autogestão, como nas diversas facetas de sua

^[1] Vide Decreto nº 7.358/2010 da Presidência da República, que “institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências” define em seu art. 2º, inc I e no seu parágrafo único, respectivamente:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - comércio justo e solidário: prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários;(…)

Parágrafo único. Os termos fair trade, comércio justo, comércio equitativo, comércio équo, comércio alternativo, comércio solidário, comércio ético, comércio ético e solidário estão compreendidos no conceito de comércio justo e solidário, nos termos deste Decreto.

expressão objetiva, como cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias e redes de cooperação, dentre outras.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária SIES (IPEA, 2014), foram identificados 19.708 empreendimentos de Economia Solidária, presentes em 2.713 municípios brasileiros, entre o período de 2009 e 2013. Dois terços desses empreendimentos foram criados a partir de 2000. Quanto a sua localização, 54,8% encontra-se em áreas rurais e 34,8% em áreas urbanas. Os demais (10,4%) se declaram tanto rurais como urbanos, além disto, o estudo também aponta que 40,8% desses empreendimentos encontra-se na região Nordeste.

De acordo com Paul Singer, a Economia Solidária (2008), é:

“um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto”.

A Economia Solidária surge como uma alternativa na redução da desigualdade social, pois reverte a prática vigente da mais valia, cuja lógica se estabelece pelo não pagamento do trabalho excedente executado pelo trabalhador. Assim, nesta forma de organização, este valor passa a ser apropriado pelos próprios empreendedores sociais que participam dos negócios solidários e que utilizam formas diversas de organização como cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias e redes de cooperação, dentre outras. Frequentemente a Economia Solidária está associada aos conceitos de comércio justo e consumo solidário.

“É interessante observar que Marx considera a divisão do trabalho não só como um meio para se alcançar a produção de mercadorias, mas considera a divisão de tarefas ente os indivíduos e ainda nas relações de propriedade”. CAETANO (s/d). A separação do processo de execução e reflexão sobre o trabalho, ou seja, a classificação entre trabalho manual e intelectual surgiu efetivamente na revolução industrial que gerou o modo de produção especificamente capitalista. Cabe ao capital a propriedade de empresas, máquinas, terras e os meios de produção, com a utilização de força de trabalho por um tempo determinado mediante

o pagamento de salário. Além disso, cabe à parte intelectualizada do trabalho o processo de planejamento e decisão sendo os trabalhadores suprimidos desses processos.

Assim, não são considerados os valores que constituem a base do equilíbrio humano, como a amizade, a cooperação, a generosidade, a solidariedade e a gratidão, que poderiam ocasionar um mundo melhor.

A Economia Solidária retoma estes valores e se organiza a partir de princípios de solidariedade, igualdade e valorização do trabalho humano, focando uma vida digna e saudável para todos, com base na preservação da natureza e no uso consciente da tecnologia, regida também pelo diálogo, em seus empreendimentos, e as decisões são tomadas coletivamente e um dos seus princípios fundamentais é que nela não existe a ideia de lucro. Em uma organização solidária, as pessoas compartilham suas ideias, opiniões e decidem juntas, o que é melhor para a vida coletiva.

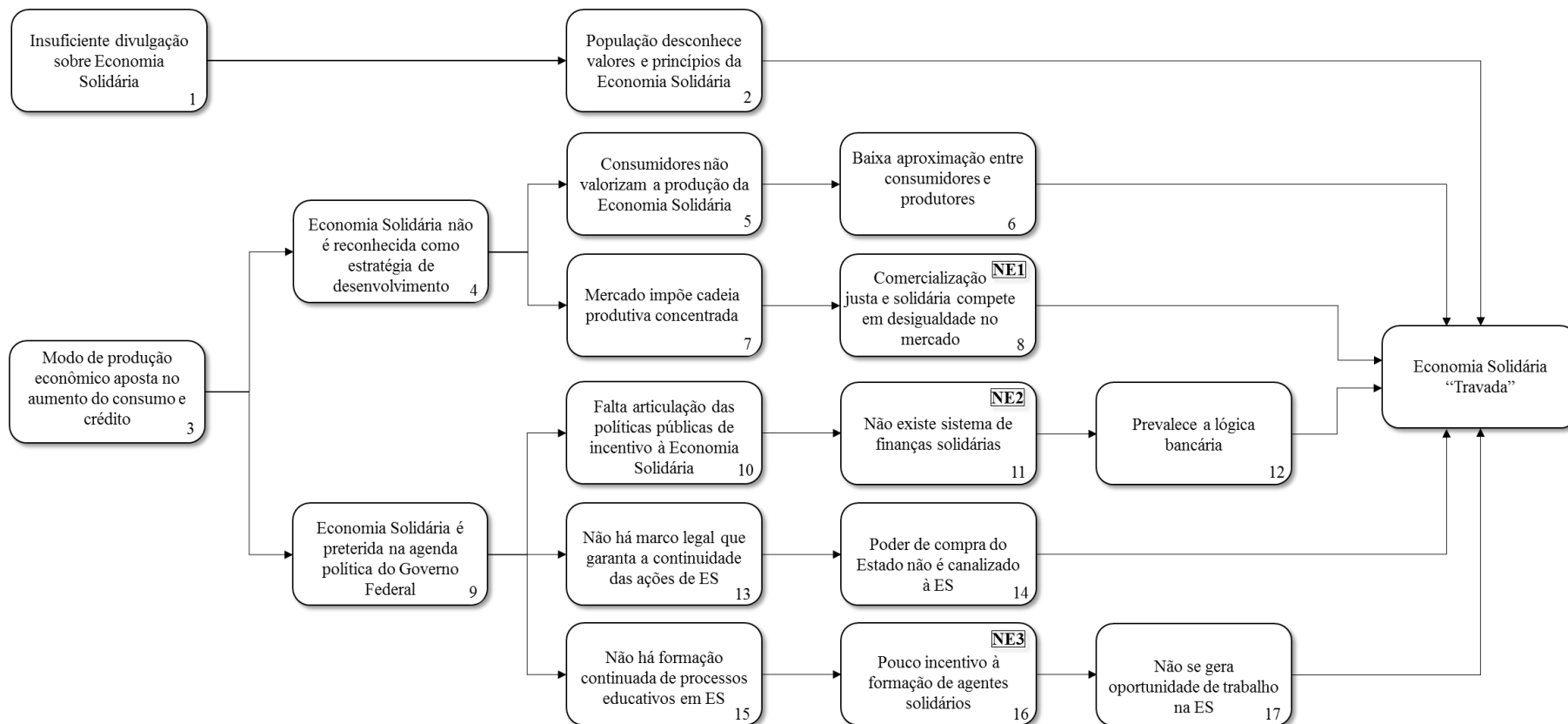
Há também um ganho para o país, pois a economia brasileira é muito aberta à participação internacional e há grandes empresas de capital estrangeiro atuando no Brasil. Com a ação da economia solidária, contratos e compras são realizados internamente e os recursos do setor reaplicados na economia brasileira.

Além dos aspectos meramente econômicos, a Economia Solidária também promove o empoderamento dos operadores envolvidos, o que fortalece sua consciência política, sua consciência democrática e sua participação como cidadãos ativos na sociedade.

Portanto, entendemos que o tema da economia solidária se encaixa perfeitamente nos temas que já tratamos até este ponto da especialização, ao promover a redução de desigualdades sociais ao mesmo tempo em que alavanca um modo de desenvolvimento potencialmente menos danoso ao meio ambiente.

1.5. FLUXOGRAMA EXPLICATIVO COM APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO

Ator : Secretario Nacional de Economia Solidária



PARTE 2 – FUNDAMENTAÇÃO DOS NÓS EXPLICATIVOS

2.1. COMENTÁRIOS ANALÍTICO-CONCEITUAIS SOBRE NÓS EXPLICATIVOS

Por meio da Metodologia de Diagnóstico de Problemas (MDP) e, tendo como referência os possíveis entraves que possam existir para um avanço mais significativo na consolidação e aplicação da Economia Solidária, em uma demanda crescente onde milhões de cidadãos com a idade em fase ativa não estão inseridos no mundo do trabalho^[2], e mesmo quando o faz é com base em empregos de baixos salários com pouco tempo de permanência. (CAMPOS et al., 2010).

O fluxograma elaborado pelo grupo busca mostrar adequadamente o problema e processa as informações disponíveis e debatidas pela equipe, estruturando-as de forma que as causas sejam organizadas de forma encadeada, da esquerda para a direita, até as consequências.

No estado atual das coisas, não há uma divulgação sistematizada e articulada com os meios de comunicação e outros veículos que possibilitem o conhecimento sobre o que é a Economia Solidária e qual a sua importância. A agenda do governo está comprometida em atender demandas dos setores conservadores do mercado e do sistema capitalista. Em virtude dos atuais padrões de consumo, induzidos pelos fortes investimentos em propaganda e marketing protelando as oportunidades ao consumidor em optar por produtos artesanais e também por um consumo mais consciente e de sustentabilidade, causando também pouca visibilidade dos produtos provenientes da Economia Solidária aos olhos do consumidor.

Prevalece a lógica bancária. Os bancos privados praticam linhas de crédito com juros altos que desanimam os pequenos investidores, não há um marco legal que garanta uma política de Estado que seja efetivada, uma política consistente amparada por uma lei. Embora esteja tramitando no congresso, ainda não foi revogada.

^[2] A título de exemplo, dos 50 milhões de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) – 32,7 milhões no PBF –, apenas 6 milhões conseguiram ter alguma experiência no mercado formal de trabalho entre 2004 e 2008, ou seja, 12% do contingente total. Isto é, mesmo com todo o avanço das oportunidades de emprego assalariado no país, a maioria dos cadastrados permanece excluída do mercado formal de trabalho. Podemos então tirar duas lições desses dados: a primeira é que não será apenas pelo ingresso no mercado de trabalho assalariado que os indivíduos que se encontram em fragilidade social, sobretudo os inscritos no CadÚnico, serão incluídos produtivamente; segundo, somente o crescimento econômico não é capaz de fazer cumprir o direito ao trabalho, e mesmo quando o faz é com base em empregos de baixos salários com pouco tempo de permanência (CAMPOS et al., 2010).

Poucos gestores se empenham em colocar em sua agenda uma determinação para apoiar irrestritamente as iniciativas de cunho solidário e as transformações que poderiam ocorrer para promover um melhor entendimento no que se refere às relações de trabalho e renda, fomento da produção e sustentabilidade.

Observa-se pelo exposto e feito o ordenamento do encadeamento dos nós explicativos, que deságuam na consequência final, a situação problema Economia Solidária “Travada”, identificando-se os nós chave que sendo equacionados, terão o melhor impacto possível para modificar o status quo e solucionar o problema declarado.

2.2. NÓS ESTRATÉGICOS

NE1 - Comercialização justa e solidária compete em desigualdade no mercado

Espera-se como resultado da implementação das ações concebidas uma melhora na logística de distribuição e venda dos seus produtos, de forma que possam alcançar um mercado mais abrangente, além de uma articulação entre as diferentes esferas de governo que proporcione a inserção de seus produtos no rol das compras públicas.

NE2 - Não existe sistema de finanças solidárias

Espera-se que, como resultado da implementação das ações concebidas seja implantado um sistema de linha de crédito diretamente voltado para a fomentação da política de economia solidária e a criação de linhas de crédito específica para as cooperativas e associações do setor.

NE3 - Pouco incentivo à formação de agentes solidários

Espera-se como resultado da implementação das ações concebidas, uma sistematização da educação voltada para a Economia Solidária, aliada à criação de um ambiente de troca de experiências, similar ao serviço de apoio à micro e pequenas empresas, (SEBRAE), proporcionando oportunidades de troca de conhecimento e de vivências.

2.3 NÓS EXPLICATIVOS

1 – Insuficiente divulgação sobre Economia Solidária.

Muito embora já tenham sido realizadas três Conferências Nacionais de Economia Solidária^[3], o que tem propiciado importantes acúmulos, ainda estamos diante de uma política recente, e que ainda necessita de sua afirmação enquanto política pública. Espera-se que com a organização política dos que fazem a Economia Solidária no Brasil e de maiores esforços dos nossos governantes, possa-se avançar no tema no país.

2 – População desconhece valores e princípios da Economia Solidária.

Devido ao seu caráter inovador, ao fato da economia solidária (ES) ser preterida na agenda política do Governo Federal e que o modo de produção econômico aposta no aumento do consumo e crédito, entre outros; os valores e princípios da economia solidária são desconhecidos, em grande medida, pela população. Valores e princípios como: autogestão, solidariedade, cooperação, propriedade coletiva, sustentabilidade, desaparecimento da figura do patrão etc. em que o trabalho seja visto como um meio de libertação, que tente contornar a grande desvantagem com as formas tradicionais de consumo e a lei geral da acumulação capitalista.

3 – Modo de produção econômico aposta no aumento do consumo e crédito.

O modelo baseado exclusivamente no crescimento econômico por meio do consumo e do crédito tende a formar uma cultura na qual a população tem uma postura despolitizada diante de seu crescimento pessoal, sem relacioná-lo como uma consequência das políticas adotadas para que se desse esse desenvolvimento.

^[3] 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada de 26 a 29 de novembro de 2006, com o tema: "Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento"; a 2ª Conferência Nacional de ES, de 16 a 18 de junho de 2010, cujo tema foi: "O Direito como Forma de Organização Econômica baseado no Trabalho Associado, na Propriedade Coletiva, na Cooperação e na Autogestão"; e a 3ª Conferência Nacional de ES, de 27 a 29 de novembro de 2014, que abordou o tema: "Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e Viver de forma Associativa e Sustentável". (PORTAL BRASIL, 2015; E. CUNHA, GABRIELA CAVALCANTE, 2015).

4 – Economia Solidária não é reconhecida como estratégia de desenvolvimento.

Esse é um dos pontos fortes da economia solidária, que coloca a pessoa perante o sistema capitalista não como um indivíduo consumidor, mas como cidadão, ao mesmo tempo em que evita sua identificação com os capitalistas, algo tão comum entre microempreendedores, ao organizá-los de forma coletiva, como, por exemplo, por meio de cooperativas. O modelo de desenvolvimento hoje adotado, não considera que a produção de bens e serviços possa ter como foco o desenvolvimento humano. Desta forma a Economia Solidária, que se baseia nos princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade não consegue ter espaço necessário na discussão sobre o modelo de desenvolvimento que busque uma distribuição mais justa das riquezas produzidas.

5 – Consumidores não valorizam a produção da Economia Solidária.

Um dos elementos que corrobora com a não valorização de produtos da economia solidária é a campanha publicitária para divulgação de produtos. Ela propicia um consumo alienado, sem observar sua real necessidade e muito menos sua cadeia produtiva. Desconsiderando o valor social agregado pela produção coletiva.

6 – Baixa aproximação entre consumidores e produtores.

Existe ainda uma grande dificuldade dos pequenos produtores em atender às normas técnicas no processo de produção e manter a confiabilidade de seus produtos para consumidores. Falta apoio técnico por parte de órgãos públicos ou entidades voltadas para este setor, prevalecendo a ausência de conhecimento por parte da sociedade (consumidor) da importância e qualidade dessa cadeia produtiva e o mito de que produtos da cadeia capitalista são melhores.

7 – Mercado impõe cadeia produtiva concentrada.

Os proprietários, além de decidir o que produzir e como produzir, influem decisivamente na oferta dos bens e serviços que serão comercializados. Decidem preços que serão cobrados, quais indivíduos e estratos sociais poderão ter acesso aos bens e serviços oferecidos. Ainda investem e usam as estratégias de marketing para atingir seus clientes e obter cada vez mais o lucro diante dos concorrentes.

8 – Comercialização justa e solidária compete em desigualdade no mercado.

Nó estratégico (NE1)

9 – Economia Solidária é preterida na agenda política do Governo Federal.

Ainda não há uma lei que estabeleça as regras para uma política pública exclusiva da economia solidária. Poucos empreendimentos solidários tiveram acesso ao crédito para o fortalecimento de suas atividades. Com impossibilidade de acesso ao crédito no sistema financeiro tradicional, eles ficam em situação difícil em relação aos investimentos que precisam ser feitos para garantir sua sobrevivência.

10 – Falta articulação das políticas públicas de incentivo à Economia Solidária.

Embora existam diversas parcerias entre órgãos federais para a implementação de ações transversais de apoio à economia solidária, nos níveis estaduais e municipais isto se mostra muito incipiente, refletindo que o trabalho associado e sua consequente apropriação coletiva dos processos e meios de produção não encontrou espaço nas agendas governamentais, que seguem atuando a partir da lógica privada.

11 – Não existe sistema de finanças solidárias.

Nó estratégico (NE2)

12 – Prevalece a lógica bancária.

O processo de linhas de crédito para os pequenos grupos de produção é limitado. Uma gigantesca burocracia e a lógica do empreendedorismo privatista competente dificultam ainda mais o acesso desses grupos, praticamente excluindo os pequenos e impedindo que iniciativas de caráter social e não meramente financeiras criem seus próprios serviços bancários e financeiros, evoluindo para a construção de um Sistema de Finanças Solidárias.

13 – Não há marco legal que garanta a continuidade das ações de ES.

O desafio atual dos empreendedores solidários e dos defensores da Economia Solidária encontra-se justamente no âmbito das atribuições do poder legislativo, que é a instância

organizada encarregada de discutir e aprovar leis que tirarão os empreendimentos econômicos solidários da situação de informalidade em que a maioria deles se encontra, por isso a necessidade de aprovação de uma, que além de reconhecer as iniciativas da Economia Solidária, propõe a criação de um Sistema Nacional de Economia Solidária.

14 – Poder de compra do Estado não é canalizado à ES.

Embora, timidamente, venham sendo aprovadas leis que incentivam compras públicas de pequenos empreendedores locais - e a compra da merenda escolar da agricultura familiar de áreas próximas às escolas seja um dos melhores exemplos de boas práticas na área - ainda não há regulamentação específica para obrigatoriedade de compras do setor da Economia Solidária, o que se reflete no pequeno percentual de compras governamentais desse setor. Nesse sentido, espera-se que o 1º Plano Nacional de Economia Solidária, elaborado pelo então Ministério do Trabalho, com planejamento para o período 2015-2019, represente um movimento importante de quebra da inércia nas aquisições governamentais de fornecedores da Economia Solidária.

15 – Não há formação continuada de processos educativos em ES.

A educação continuada em Economia Solidária é um grande desafio, pois a diversidade dos empreendimentos é vasta e complexa, o que acarreta na necessidade de uma política de Estado que seja um direito garantido para que todos envolvidos no Movimento da Economia Solidária possam ter acesso à educação continuada e não por tempo determinado.

16 – Pouco incentivo a formação de agentes solidários

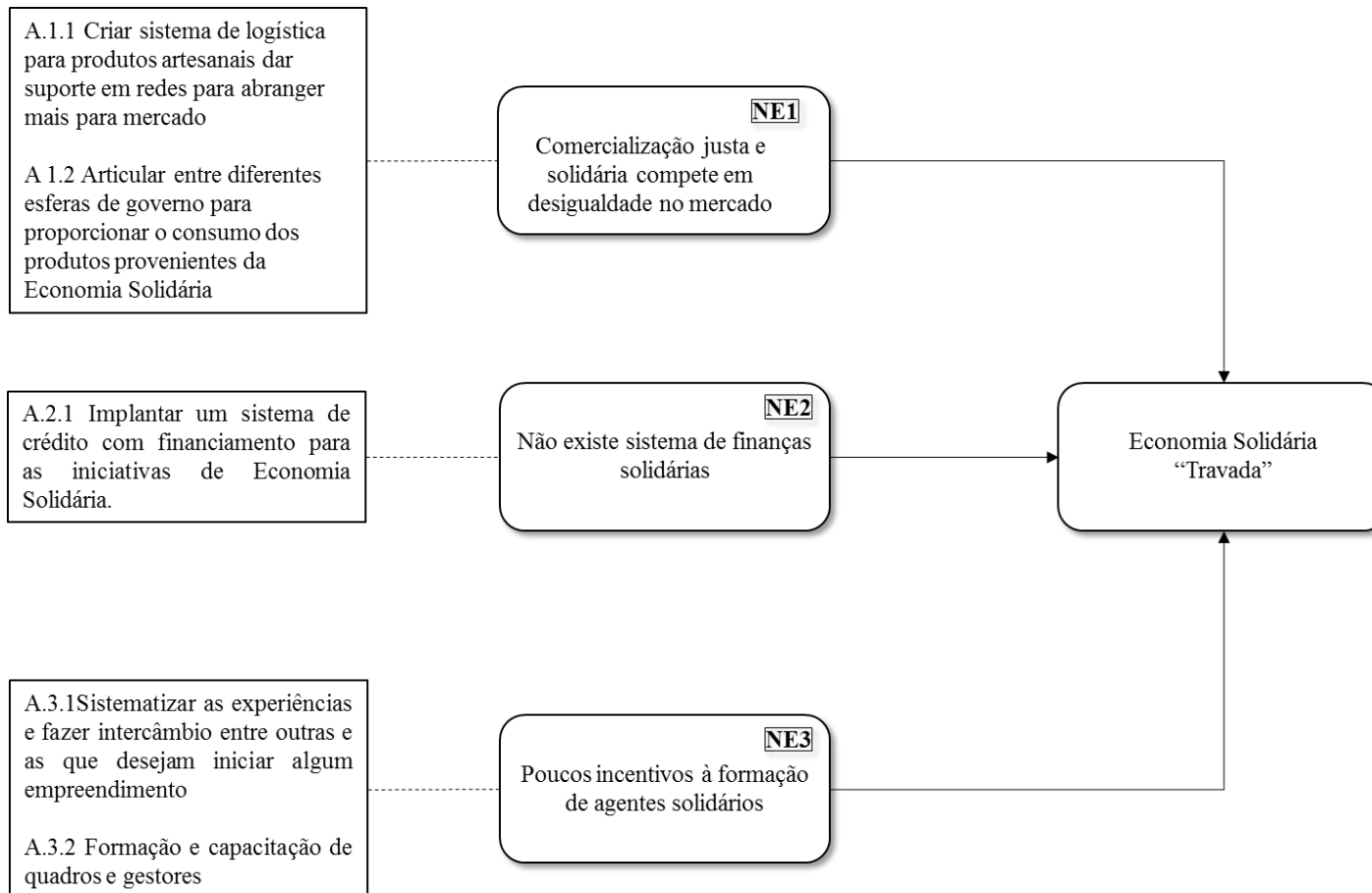
Nó estratégico (NE3)

17 – Não se gera oportunidade de trabalho na ES.

Com pequenos produtores esmagados diante de cadeias produtivas com lucratividade extremamente concentrada nos grandes “*players*” e, simultaneamente, com pequeno número de agentes solidários preparados para guiá-los na saída desse círculo vicioso das relações produtivas, a Economia Solidária não consegue agregar mais participantes e, portanto, não gera oportunidades de trabalho no âmbito da Economia Solidária na quantidade e qualidade que potencialmente poderia oferecer ao mercado de trabalho. Como consequência, gera-se um círculo vicioso que entrava o florescimento da Economia Solidária.

PARTE 3 – PLANEJAMENTO DE SITUAÇÕES

3.1. Árvore do problema



3.2. PAINEL 1 - Árvore de problemas

Nó Estratégico	Ações	Resultado das ações
NE 1 – Comercialização justa e solidária compete em desigualdade no mercado	A.1.1- Criar sistema de logística para produtos artesanais dar suporte em redes para abranger mais para mercado A 1.2- Articular entre diferentes esferas de governo para proporcionar o consumo dos produtos provenientes da Economia Solidária	Produtos artesanais expostos em maior quantidade e maior variedade contemplando um maior número de produtores e uma expansão de territórios produtivos.
NE 2 – Não existe sistema de finanças solidárias	A.2.1- Implantar um sistema de crédito com financiamento para as iniciativas de Economia Solidária.	Sistema de linha de crédito diretamente para cooperados; associados e produtores propiciando o fortalecimento e a propagação do comércio justo e solidário
NE 3 – Poucos incentivos à formação de agentes solidários	A.3.1-Sistematizar as experiências e fazer intercâmbio entre outras e as que desejam iniciar algum empreendimento A.3.2-Formar e capacitar de quadros e gestores	A multiplicação do Empreendedorismo Solidário através das ações dos novos agentes formados Fortalecimento e a expansão da Economia Solidária

PARTE 4 – PAINÉIS DE DETALHAMENTO DAS AÇÕES PROPOSTAS PARA EQUACIONAR OS NÓS ESTRATÉGICOS

4.1 AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS

Nó Estratégico 1: Comercialização justa e solidária compete em desigualdade no mercado

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
1.1. Criar sistema de logística para produtos artesanais dar suporte em redes para abranger mais para mercado	<p>Promover programa de infraestrutura e logística para fomentar a produção, circulação e consumo solidários e o comércio justo; incentivando a criação e abertura de centrais, lojas, centros públicos e feiras populares.</p> <p>Incentivar a criação de um marco regulatório de inserção dos Empreendimentos em Economia Solidária (EES) dentro das compras governamentais no intuito de garantir a circulação e consumo da ES</p>	R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais)	Início: 1º de outubro de 2015 Final: 1º de outubro de 2016	Secretário Geral da Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE).
1.2. Articular entre diferentes esferas de governo para proporcionar o consumo dos produtos provenientes da Economia Solidária	<p>Apoio e impulso ao PL 685/2012 no objetivo de consolidar o Sistema Nacional de Economia Solidária que possa alavancar as Políticas Públicas (PP'S) integradas e complementares de ES, articulando os diferentes níveis de governo (Municipal, Estadual, Distrital e Federal).</p> <p>Formação de redes solidárias que possam construir cadeias e arranjos produtivos com vistas a um mercado solidário, ultrapassando a visão regional e local para uma visão global de caráter nacional e até internacional (via MERCOSUL, BRIC's, CEPAL, UNASUL).</p>	R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais)	Início: 1º de outubro de 2015 Final: 1º de outubro de 2016	Secretário Geral da Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego (TEM).

Nó Estratégico 2 – Não existe sistema de finanças solidárias

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
2.1. Implantar um sistema de crédito com financiamento para as iniciativas de Economia Solidária.	<p>Construção de um Fundo Nacional de ES (FNES) para poder centralizar e gerenciar o sistema de linha de crédito direcionado ao capital de giro, desenvolvimento, custeio e aquisição de equipamentos e infra-estrutura.</p> <p>Criação da Bolsa Fomento, com ênfase em determinados seguimentos (comunidades tradicionais, mulheres, juventude) garantindo recursos financeiros que sirvam de estímulo à atividade de geração de trabalho e renda autogestionária e comunitária.</p>	R\$53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais)	Início: 17 de setembro de 2015. Final: 17 de setembro de 2016	Divisão de Finanças Solidárias do SENAES

Nó estratégico 3: Pouco incentivo à formação de Agentes Solidários

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
3.1. Sistematizar as experiências e fazer intercâmbio entre outras e as que desejam iniciar algum empreendimento	Formar, capacitar e qualificar agentes solidários de nível básico, médio e tecnológico. Fomentar Incubadoras de EES: incubadoras de cooperativas populares.	R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) Início: 30 de setembro de 2015.	Final: 30 de setembro de 2016	Divisão de Promoção da Coordenação Geral de Promoção e Divulgação do SENAES.
3.2. Formar e capacitar quadros e gestores.	Formar, capacitar e qualificar Especialistas em Políticas Públicas e gestores governamentais em ES, de nível superior e, se possível, em nível de pós-graduação. Preparar em inovação tecnológica, sobretudo em Tecnologia da Informação e Comunicação e no desenvolvimento de tecnologias sociais.	R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) Início: 30 de setembro de 2015.	Final: 30 de setembro de 2016	Divisão de Promoção da Coordenação Geral de Promoção e Divulgação do SENAES.

PARTE 5 – ANÁLISE DE ATORES

5.1. Atores envolvidos

Ação 1.2 Articular entre diferentes esferas de governo para proporcionar o consumo dos produtos provenientes da ES

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário Nacional de Economia Solidaria	Relação política com segmentos organizados da sociedade	Governabilidade sobre o planejamento das ações do governo é limitada	Desenhando ações conjuntas com outros Ministérios	Deixando de fazer a luta política dentro do governo	Fortalecer as Conferências Nacionais de Economia Solidaria CONAES
Ministério da Fazenda	Controla a liberação do orçamento	Não detém a palavra final	Liberando o orçamento aprovado e os recursos financeiros	Priorizando outras áreas na liberação do orçamento	Cobrar o cumprimento do definido no PPA e Lei Orçamentaria
Congresso Nacional	Aprova as Leis	Heterogeneidade de seus membros	Aprovando o Marco Regulatório da Economia Solidaria	Não colocar a discussão do Marco Regulatório na pauta de votação	Pressionar os parlamentares

Ação 3.2 Formar e capacitar quadros e gestores

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretario Nacional de Economia Solidaria	Articula entidades públicas e privadas para educação em Economia Solidaria	Não realiza diretamente as ações de formação	Desenvolver conteúdos para formação de quadros e gestores	Deixando de articular-se com outros parceiros	Apoiar a incorporação da temática da Economia Solidaria na educação formal
Movimentos de Economia Solidaria	Atuam na organização e controle social	Não possuem recursos	Na organização das demandas por educação em Economia Solidaria	Não sendo representativo	Trabalhar junto para definir as diretrizes da política de educação da Economia Solidária
Fundação Perseu Abramo	Recursos intelectuais e financeiros	Quadro profissionalizado restrito	Desenvolvendo módulos de educação em Economia Solidaria à distância para filiados do PT	Não é um ator que pode prejudicar	Incentivar que seu planejamento contemple a necessidade desta formação para filiados

PARTE 6 – ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

6.1. Painel - Análise de Riscos e Fragilidades

Perguntas orientadoras	Análise da equipe
As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex. efeitos sociais ou ambientais)?	<p>Nó estratégico 1: “Comercialização da Economia Solidária (ES) compete em desigualdade no mercado”, se propõe para equacioná-lo, referente ao sistema de logística, que deve se dar suporte em redes para poder abranger um mercado mais amplo, o qual implica programas de infra-estrutura e logística que podem conflitar ou afetar com a preservação do meio ambiente. Também a inovação tecnológica pode, a longo prazo, acarretar efeitos sociais de exclusão de trabalho e de mão de obra.</p> <p>Nó Estratégico 2: Limites financeiros e orçamentários. A criação de linhas de crédito pode dificultar ainda mais o acesso dos grupos solidários devido à burocracia e logística privatista. O processo é excludente e submisso à lei do mercado capitalista.</p> <p>Nó Estratégico 3: Pouco incentivo à formação de Agentes Solidários. Pouca adesão dos Estados e Municípios para a formação e capacitação dos agentes solidários, a capacitação técnica e adequada dos gestores ainda é um desafio, mesmo com a criação de quadros técnicos e em nível superior.</p> <p>Ainda que seja criada uma “Bolsa Fomento” existe um desequilíbrio entre teoria e práticas vivenciais devido à baixa escolarização dos trabalhadores.</p>

Perguntas orientadoras	Análise da equipe
<p>Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</p>	<p>Aspectos técnicos: na grande maioria os trabalhadores da ES são remanescentes do mercado formal de trabalho (da economia capitalista) e o processo de produção passou a ser, hoje em dia, mais exigente (mais escolaridade, mais qualificação); a parte técnica de administração ou gestão, no sistema capitalista, é desenvolvida por profissionais especializados, praticamente desconhecida da maioria de trabalhadores da ES, em parte por estar imbuídos com a produção. Sem experiência em administração e gestão de empreendimentos, enfrentam essa prática de maneira precária o qual acarreta efeitos negativos nos empreendimentos de economia solidária (EES)</p> <p>Aspectos políticos: as articulações e relações, dos trabalhadores da ES, para buscar a sua inserção no mercado (sobrevivência) e para inserir as suas demandas e necessidades nas políticas públicas são frágeis, apresentando, por isso, uma forte dependência assistencialista (bolsa família, incubadoras etc.), além de ser, na sua maioria, trabalhadores pouco politizados e pouco articulados, o qual também resulta em efeitos negativos.</p> <p>Aspectos jurídicos: Os EES apresentam grandes dificuldades para lidar com burocracia legal e manutenção de instituições por meios legais e a legislação, por sua vez, também tem dificuldades para entender os princípios e valores da ES, o qual resulta em efeitos negativos.</p>

Perguntas orientadoras	Análise da equipe
Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	<p>Não, evidentemente que não, nem do ponto de vista burocrático, haja vista o orçamento da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), nem do viés do processo de ES.</p> <p>Segundo declarações do economista Paul Singer, Secretário da SENAES, em entrevista à Fundação Rosa Luxemburgo, no Repórter Brasil, o orçamento da mesma em 2013 era de R\$ 194.041,83 e foi para R\$ 151.567,40 em 2015.</p> <p>Em quanto o Estado brasileiro investe aproximadamente 30 % do PIB (que em 2014, em valores correntes, foi de R\$ 5,52 Trilhões. Ver BR.advfn.com/indicadores/PIB/Brasil/2014) na promoção da economia de mercado (capitalista) com isenções, infra-estrutura, créditos subsidiados, programas específicos etc. Na economia Solidária destina aproximadamente 0,2% do PIB.</p>
De forma geral a equipe avalia ao final que o Plano de Ação é viável e pode efetivamente solucionar o problema escolhido?	<p>Sim, se os EES realizarem os desafios elencados nas ações propostas para equacionar os Nós estratégicos do fluxograma tema do Trabalho de Conclusão de do Curso (TCC), junto com as tarefas indicadas para cada ação, dos quais fizemos relação na Unidade de Avaliação 16, deste curso, e às quais nos remetemos, a ES galgaria um patamar diferenciado, bem como se o governo adotar essa política pública como política de Estado e investisse, pelo menos, 2% do PIB brasileiro na promoção e alavancagem da ES poderia provocar uma verdadeira revolução no trabalho e renda da população dando um status de verdadeira cidadania aos habitantes deste país, em contraposição aos empregos e salários aviltantes, da economia de mercado, da imensa maioria dessa população.</p>

PARTE 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da Economia Solidária (ES) surgiu no Brasil como uma alternativa de sobrevivência para os trabalhadores, na década de 80, tendo como pano de fundo os problemas gerados pela crise de Estado, crise da dívida externa, denominada de “década perdida”; e como resposta ao desemprego, busca de trabalho e renda, bem como busca da sobrevivência. Singer (2008)

Esse processo de crise se aprofunda na década de 90 com a posta em prática do denominado “neoliberalismo”, derivado do “Consenso de Washington”, que acarretou mais desemprego e mais exclusão econômica e social. Como resposta reativa dos trabalhadores começa a firmar-se a ideia de uma nova forma de angariar renda e de poder subsistir num mundo com mais desestatização e cada vez mais privatizado. Paul Singer em uma entrevista à Folha de São Paulo, em 11 de julho de 1996, cita que:

“Além de proporcionar aos pequenos empreendedores um mercado protegido, a economia solidária deverá oferecer: crédito, mesmo aos que não possam oferecer garantias, por meio de um Banco do Povo; treinamento e assistência tecnológicos; informações e orientação que maximizem a complementaridade entre as unidades integrantes etc.”.

O processo da ES tem por bases de sustentação um tripé rumo a uma nova economia, que tem como princípios básicos a cooperação, a autogestão e a solidariedade. A cooperação implica trabalho conjunto, com interesses e objetivos comuns. A autogestão considera uma gestão própria sem a figura do patrão e a solidariedade revela a ajuda de caráter comum, elo entre as pessoas, interação para o bem comum dos associados ou cooperativados em uma democratização organizativa.

A Economia Solidária se desenvolve em um processo dialético, ou seja, em um processo configurado por contradições de diversos aspectos, GODOY (2008), dentre os quais podemos citar:

Econômicos: embora os EES defendam princípios diferentes da economia de mercado capitalista, eles estão inseridos nessa lógica e precisam do mercado para sobreviver, ainda com muitas dificuldades de infra-estrutura e logística, dificuldade de comercialização, de financiamento etc., entrando, por isso, em grande medida, em processos de falência.

Sociais: os EES precisam gerar trabalho e renda, mas na práxis não tem gerado a quantidade de postos de trabalho para incluir os trabalhadores excluídos pelo mercado formal; além de gerar trabalhos de renda insuficiente e de baixa qualidade que não permitem o acesso aos bens essenciais, sendo por isso que alguns recebem auxílios do governo.

Políticos: as articulações e relações feitas pelos EES, para inserir as suas demandas no processo decisório gerador de políticas públicas, são geralmente frágeis, por isso apresentam uma forte tendência à dependência assistencialista.

Culturais: os trabalhadores da ES nasceram na lógica capitalista e o modo como agem, decidem e se comportam, bem como suas expectativas e anseios, foram moldados pela sociedade capitalista, com uma lógica individualista; e isto pode influir, em grande medida, suas crenças, valores, conhecimentos e costumes, podendo levar esses valores e princípios ao interior dos EES. No entanto, alguns teóricos indicam que, uma imersão nesses empreendimentos pode fazer mudar esses princípios do capitalismo através de um novo processo de educação e de aculturação.

Ciência tecnologia e inovação: os EES têm acesso precário à tecnologia e pesquisa científica, com dificuldade para aquisição de máquinas e equipamentos de última geração, e o objetivo desta aquisição pode levar à substituição de mão de obra como no capitalismo. A inovação pode permitir ganhar poder de mercado, mas isto elimina concorrente e concentra o mercado, valores incompatíveis com os EES.

Ambientais: a economia capitalista se constitui destruindo o meio ambiente, em alguns casos as necessidades de sobrevivência fazem com que EES ajam de maneira parecida com as empresas de mercado ou capitalistas.

Administrativos e de gestão: os trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária (EES) revelam pouco conhecimento de gestão, haja vista, que muitos desses empreendimentos não vingam, sendo consequência, em grande medida, pelo pouco conhecimento de gestão que, por sua vez, é consequência da situação pragmática de estarem mais imbuídos no processo produtivo que no processo administrativo. Tudo isso provoca uma fragilidade na gestão e administração de seus empreendimentos.

Educacionais: a baixa escolarização e qualificação dos trabalhadores dos EES, devido à falta

de oportunidades do sistema capitalista, representam entraves para a sustentabilidade de seus empreendimentos.

Jurídicos: os empreendimentos de economia solidária têm apresentado dificuldades para lidar com questões burocráticas relacionadas a legislação e à manutenção de instituições e a da ES. Todas estas aparentes ou reais contradições podem ser contornadas, em alguma medida, com as ações e as tarefas propostas para equacionar os Nós Estratégicos do Fluxograma ou mapa cognitivo do problema objeto deste trabalho de conclusão de curso; e que são elencadas nos painéis dessas ações e tarefas recomendadas aos quais nos remetemos.

PARTE 8 - REFERÊNCIAS

A CORPORAÇÃO. [Filme-vídeo]. Direção: Mark Achbar e Jennifer Abbott. Produção: Mark Achbar e Bart Simpson, Canadá, 145 min., colorido, sonorizado. Disponível em: <https://youtu.be/Zx0f_8FKMrY>.

ADDOR, FELIPE. **Desafios da economia solidária no Brasil:** uma sistematização da literatura existente. Princípios da economia solidária. Disponível em: <[DesafiosdaEconomiaSolidáriaBrasil-soltec-UFRJ](#)>. Acesso em: 26/06/2015.

ANTEAG. **Atlas da Economia Solidária,** 2005-2007. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812C318C92012C3712CFF10CD7/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf>. Acesso em: 27/05/2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no Governo Federal 2003/2010.** Brasília, 2012.

CAETANO, ÉRIKA DE CÁSSIA OLIVEIRA. **A divisão do trabalho: uma análise comparativa das teorias de Karl Marx e Emile Durkheim.** Disponível em: <http://www2.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI200604100958...>. Acesso em: 27/05/2015.

CAMPOS, A. G. et al. **O Direito ao trabalho e a inclusão produtiva.** 2010. Mimeo.

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária. **3ª Conferência Nacional de Economia Solidária.** Brasília, 2014. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814373793B0143D5EADAB560FA/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20N%C2%BA%2003%20de%2027%20de%20Janeiro%20de%202014.pdf>>. Acesso em: 27/05/2015.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária.** Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacional.pdf>>. Acesso em: 20/06/2015.

COSTA, GREINER. **Avaliação governamental e opinião pública.** Texto de apoio didático do curso de especialização gestão estratégica em políticas públicas. Fundação Perseu Abramo, 2015.

DAGNINO, RENATO. **A capacitação de gestores públicos: uma aproximação ao problema sob a ótica da administração política.** Revista Brasileira de Administração Política. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, v. 6, 1º abr. 2013.

DAGNINO, RENATO. **Em direção de uma estratégia para a redução da pobreza: a economia solidária e a adequação sócio-técnica.** Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/rdagnino5.htm>>. Acesso em: 19/08/2015.

DAGNINO, RENATO. **Gestão estratégica pública: instrumentos metodológico-operacionais.** Grupo de Análise de Políticas de Inovação – Unicamp, nov. 2014, p. 7-38.

DAGNINO, RENATO. **Metodologia de Diagnóstico e de Equacionamento de Problemas – MDP e MEP.** Fundação Perseu Abramo. Brasil. 98 min, colorido, sonorizado. Disponível em: <http://tv.blogoosfero.cc/watch_video.php?v=1DK3GX12NUBD>. Acesso em: 09/09/2015.

DAGNINO, RENATO; COSTA, Greiner. **Gestão estratégica em políticas públicas.** Campinas: Editora Alínea, 2013. 442 p.

ECONOMIA Solidária no Plano Plurianual. Fonte: Agência Brasil, por Kelly Oliveira. Relatório.

E. CUNHA, G. CAVALCANTE. **Conferências Nacionais de Economia Solidária: Acúmulo e Desafios no Planejamento Participativo de Políticas Públicas de Economia Solidária.** Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11059/13759/1/bmt57>. Acesso em: 28/09/2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999. 688 p.

FBES. **Fortalecimento das Políticas Públicas da Economia Solidária no governo Dilma Rousseff** (documento de negociação do movimento de Economia Solidária com o governo Federal sobre o PL 865). Brasília 4 ago. 2011. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/?option=com_docman&task=doc_download&gid=1452>. Acesso em: 20/08/2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** 34. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998, p. 372.

GAIGER, Luiz (Coord.). **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais.** São Leopoldo: Oikos, 2014.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. **A economia solidária na cidade capitalista: conflitos e contradições da reprodução do capital no espaço urbano.** Barcelona, 26-30/05/2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/181.htm>>. Acesso em: 08/11/2015.

GRIMALDO, Alberti; PONTECORVO, Gillo. **Queimada!** [Filme-vídeo]. Direção: Gillo Pontecorvo. Produção: Alberti Grimaldo, Itália/França. 132 min, colorido, sonorizado. Disponível em: <<https://youtu.be/tQBHr8pjGXI>>. Acesso em: 14/01/2015

IHU ON LINE. **A Economia Solidária no Brasil está avançando na sua organização política.** Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1163&secao=229>. Acesso em: 24/08/2015.

IPEA. **Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Apontamentos Iniciais para o Debate.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt57_econ02>. Acesso em: 08/11/2015.

LEÃO, Mariza; REZENDE, Sérgio. **Guerra de Canudos** [Filme-vídeo]. Produção de Mariza Leão. Brasil. 165 min, colorido, sonorizado. Disponível em: <<https://youtu.be/P4OYhj7Io0E>>. Acesso em: 02/11/2015

LOCKS, Pompilio; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 10, Brasília, p. 41-62, jan.-abr. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/8612>>. Acesso em: 23/09/2015.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Economia solidária: entrevista com Paul Singer.** Estudos Avançados, São Paulo, v.22, n. 62. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262>>. Acesso em: 20/08/2015.

POLÍTICA pública de Economia Solidária e desenvolvimento territorial. Disponível em: <www.en.ipea.gov.br>. Acesso em: 20/08/2015.

PORTAL BRASIL. **“Dilma Abre 3ª Nacional de Economia Solidária”.** Disponível em: <www.brasil.gov.br/governo/2014/11/dilma-abre-3a-conferencia-nacional-de-economia-solidaria>. Acesso em: 30/09/2015.

SERAFIM, Milena. **Exemplos de aplicação de MDP e MEP e de TCCs – Cursos de Gestão.** Fundação Perseu Abramo. Brasil. Disponível em: <http://tv.blogosfero.cc/watch_video.php?v=DSMGD9M3GDR5>. Acesso em: 24/06/2015.

SILVA, Márcia Nazaré. **A economia solidária e as novas possibilidades do mundo do trabalho.** Fonte: Âmbito Jurídico. com.br. Disponível em: <www.ambito-juridico.com.br>. Acesso em: 24/08/2015.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.22, n.62, jan/abril 2008. Entrevista concedida a Paulo de Salles de Oliveira. Disponível em : <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Aceso em: 24/08/2015.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.

TECNOLOGIA Social e Economia Solidária e as possibilidades de inserção soberana na economia. Disponível em: <www.genesis-puc-rio.br>. Acesso em: 09/09/2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Estudos Avançados**, São Paulo, 22(62), 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10335/12013>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

VARGAS, Pepe. **Economia solidária como estratégia de Estado**. Edição 92, 1º set. 2011. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/?q=materias/mundo-do-trabalho/economia-solidaria-como-estrategia-de-estado>>. Acesso em: 26/06/2015.

VII CONGRESSO INTERNACIONAL RULESCOOP 2012. **Fragilidades e contradições na utopia de outra economia**. Economia social: identidade, desafios e estratégias. Valência-Castellón, 5-7 set. 2012.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. **O nível**. Por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 378 p.